

# EUA tentam criar clima para abertura de negociação

**Roberto Garcia**  
Correspondente

**Washington** — Diante dos sinais de pânico no mercado financeiro internacional, revelados principalmente por uma queda abrupta no valor das ações dos grandes bancos credores do Brasil, o governo americano deslançou ontem uma agressiva "operação de apagar incêndio" a fim de restabelecer a serenidade e criar um clima favorável para a abertura das negociações entre o governo Sarney e seus credores estrangeiros.

Numa sucessão de declarações no decorrer de todo o dia de ontem, autoridades monetárias e financeiras do governo dos Estados Unidos tentaram pôr em perspectiva a suspensão temporária dos pagamentos dos juros da dívida brasileira com bancos comerciais, ressaltando a necessidade de cooperação internacional e a disposição de intervir para facilitar um acordo com a maior brevidade possível.

A ênfase diferente dada nessas declarações pelo presidente do Federal Reserve, Paul Volcker, e pelo secretário do Tesouro, James Baker, demonstrou que ainda há divergências entre aqueles dois organismos-chave para o encaminhamento da crise da dívida. Num depoimento da Comissão de Orçamento do Senado, Volcker deixou clara sua convicção de que essa crise é longa, ainda vai durar muito e que os acidentes de percurso serão frequentes, devendo ser encarados com naturalidade. A atitude um pouco mais reservada de Baker permitiu entrever a reprovação do Departamento do Tesouro à demora do governo Sarney em tomar as medidas necessárias para conter a erosão de seus superávits comerciais.

Apesar dessas divergências de pontos de vista, tanto o Banco Central americano quanto o Tesouro reafirmaram os elementos principais da estratégia que vêm usando desde o início da crise da dívida.

Em primeiro lugar, os membros principais da equipe econômica americana esforçaram-se para diminuir a impressão de que o gesto brasileiro marca o início do caos. "A suspensão dos pagamentos de juros é má notícia mas precisa ser vista na perspectiva adequada. Ela aplica-se apenas aos empréstimos da dívida aos bancos comerciais. O governo brasileiro afirmou que pretende voltar a pagar os juros e que não está declarando uma moratória. A medida faz parte do processo de negociação. Não estamos numa crise", disse o vice-secretário do Tesouro, Richard Darman.

Admitindo que embora houvesse possibilidade da atitude brasileira tornar-se geral para outros grandes devedores latino-americanos, Paul Volcker descreveu aos senadores ameri-

canos os esforços que estão sendo feitos para acelerar a assinatura do reescalonamento da dívida mexicana e para concluir negociações pendentes com o Equador, Chile e Filipinas. Numa declaração ao programa de televisão McNeill-Lehrer, Darman havia dito que o único perigo para o sistema financeiro internacional seria a formação de um cartel de devedores.

Ao mesmo tempo em que insistia na necessidade de cooperação por parte dos bancos e organismos internacionais a fim de que o Brasil superasse suas dificuldades atuais, o presidente do Banco Central dos Estados Unidos repetiu, desta vez em público, a forte recomendação de que o governo Sarney adote uma política econômica coerente. Nos últimos dias, alguns de seus assessores têm recomendado corte nas despesas governamentais brasileiras, moderação nos aumentos dos salários reais no país e medidas firmes para restabelecer a competitividade das exportações brasileiras, especialmente uma desvalorização mais agressiva do Cruzado.

Enquanto essas declarações tentavam criar um clima político propício, o diretor da área externa do Banco Central do Brasil, Antonio de Pádua Seixas, abriu as negociações diretas com o comitê de assessoramento dos bancos credores do país. Às 2h da tarde, Seixas entrou no auditório, no 33º andar do edifício do Citicorp, em Nova Iorque para fazer a apresentação das reivindicações do governo Sarney para o reescalonamento de 67 bilhões de dólares da dívida.

Diante dos representantes dos 14 bancos membros da comissão de assessoramento dos credores particulares, economistas dessas instituições e representantes tanto do Federal Reserve quanto do Tesouro, Seixas descreveu a situação econômica brasileira e resumiu os principais elementos da política econômica. Em seguida, o diretor do Banco Central expôs as necessidades de financiamento externo do país para 1987 e disse que elas serão parcialmente atendidas pelas receitas de exportação, por empréstimos de organismos internacionais e por investimentos diretos. Para permitir a continuidade do crescimento brasileiro, afirmou o representante brasileiro, serão necessários 4 bilhões de dólares de novos empréstimos, bem como reescalonamento dos montantes cujo pagamento vence nos próximos cinco anos.

Segundo um participante da reunião, o clima da exposição de Seixas foi tranquilo e a recepção, favorável, em princípio. A reunião continuou madrugada adentro. Segundo o ritual seguido em todas as negociações da dívida, depois da exposição inicial dos representantes do país devedor, a reunião é suspensa.